

MARECHAL-DUQUE DE SALDANHA – O ‘D. JOÃO VII’ DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Abílio Pires Lousada

Saldanha é a figura mais marcante do seu tempo. Militarmente brilhante, fez uma carreira fulgurante que o guindou ao generalato com apenas 27 anos, tendo participado na Guerra Peninsular contra os franceses, no Brasil para travar insurreições internas, nas duas guerras civis ocorridas em território continental e em revoltas militares contra o sistema político vigente. Neste âmbito, algumas das suas atuações são decisivas, como no Cerco do Porto e nas batalhas de Almoester, durante as Guerras Liberais, na guerra civil da Patuleia e no pronunciamento militar de 1851. Quando não está nos campos de batalhas, assume o palco da política, chefiando amiúde a governação do país, onde a inabilidade e o egocentrismo são uma evidência. De tal forma que pode afirmar-se que Saldanha foi, em determinadas situações, a solução militar dos problemas políticos que ele próprio criou.

Na Crista das Guerras

Filho de João de Saldanha Oliveira e Sousa e de Maria Amália Carvalho e Daun, primeiros condes de Rio Maior, e neto do marquês de Pombal pelo lado materno, João Carlos Gregório Domingues Vicente Francisco de Saldanha de Oliveira e Daun nasceu no palácio da Anunciada, em Lisboa. Em 1805, assentou praça como cadete no Regimento de Infantaria 1, onde era capitão quando o exército napoleónico, comandado pelo general Andoche Junot, invadiu e ocupou Portugal, entre novembro de 1807 e setembro de 1808. De imediato solicitou a demissão do Exército por não querer ficar

Biografia

- 17/11/1790: Nasce em Lisboa.
- 1808-1813: Combate na Guerra Peninsular contra os franceses, em território português e espanhol.
- 1815-1821: Combateu a insurreição de José Artigas nas regiões «brasílicas» do Rio Grande e Montevidéu.
- 1822-1828: Revela-se intermitente o seu posicionamento face a liberais e a absolutistas.
- 1833-1834: Em apoio dos liberais, liberta o Porto e vence a batalha de Almoester.
- 1836-1837: Envolve-se contra o governo «Setembrista», que lhe valeu o exílio.
- 1846-1847: Vence a guerra civil da Patuleia.
- 24/08/1851: Desencadeia a revolta militar da Regeneração.
- 20/11/1876: Morre em Londres.

debaixo das ordens dos franceses ou ir combater pelos mesmos para os campos de batalha da Europa, inserido na Legião Portuguesa.

Alinhou, então, com os patriotas nacionais e participou na Guerra Peninsular, onde ganhou notoriedade em diversas batalhas: Buçaco (27 de setembro de 1810), que lhe valeu a promoção a tenente-coronel (era major desde 9 de dezembro de 1809); Salamanca (22 de agosto de 1812); Vitória (21 de janeiro de 1813); tomada de Tolosa e assalto à praça de San Sebastian (24-31 de agosto de 1813); Pirenéus e Nive, (9-13 de dezembro de 1813). Em Nive teve um comportamento tão meritório que o general britânico William Carr Beresford, à época comandante-chefe do Exército português, lhe deu o comando interino da Brigada do general Hill, por doença deste.

Em 22 de junho de 1815 foi promovido a coronel, embarcando cinco dias depois para o Brasil, onde até 1818 travou duros combates nas regiões do Rio Grande e em Montevideu, repelindo os ataques do caudilho nativo José Gervásio Artigas, na denominada guerra Cisplatina, que lhe valeu a promoção a brigadeiro. Em 1821, foi nomeado capitão-general do Rio Grande, detendo um prestígio ímpar naquela colônia da América do Sul. Quando, um ano depois (7 de setembro), D. Pedro deu o grito do Ipiranga «Independência ou morte», proclamou a independência do Brasil e foi coroado imperador a 1 de dezembro, rompendo dessa forma a unidade territorial Portuga-Brasil, Saldanha decidiu regressar a Portugal, apesar de o imperador o ter tentado demover. Mas, em Lisboa, o novo governo constitucional deu-lhe instruções para embarcar de novo para o Brasil e submeter pela força das armas a antiga colônia. Porque recusou, invocando escassez de tropas, foi preso no castelo de São Jorge. Libertado, foi nomeado comandante do Exército de Observação da Província do Alentejo, a 10 de Junho de 1823.

Apesar de lhe reconhecerem um inegável valor militar, Saldanha tornou-se para os liberais um homem a vigiar, acabando por se juntar a D. Miguel na Vilafrancada (27 de maio de 1823), quando este, ao arrepio da vontade do pai e rei D. João VI, intenta restaurar, sem sucesso, o Absolutismo. Em 1826, adere à causa liberal e assume a pasta da Guerra, cargo que ocupou até agosto de 1827, altura em que se demitiu contrafeito com o rumo político-social da nação, sendo agraciado com o título de conde de Saldanha. Iniciava-se o característico protagonismo pendular de Saldanha. Com a

tomada do poder por D. Miguel, aclamado Rei Absoluto nas Cortes de 11 de junho de 1828, Saldanha, que se opôs militarmente em Grijó à novel nomenclatura de poder, foi demitido do Exército, a 30 de agosto, e refugiou-se em Inglaterra.

Quando se apercebeu que nem todo o Exército era miguelista, regressou a Portugal com outros correligionários liberais, no vapor Belfast. Chegado ao Porto, verificou, contudo, que a causa liberal estava fragilizada, retirando-se para a Galiza, de onde passou de novo para Inglaterra. Entretanto, os acontecimentos precipitaram-se. Os liberais concentraram-se na ilha Terceira dos Açores, onde o conde de Vila Flor anulou um desembarque miguelista a 11 de agosto de 1829, garantindo uma base de operações para os liberais.

Então, a 7 de abril de 1831, D. Pedro abdicou, surpreendentemente, do trono imperial do Brasil em nome do filho Pedro de Alcântara, decidido a lutar contra o irmão D. Miguel, em nome da filha D. Maria da Glória e pela restauração da Carta Constitucional, exarada pelo seu punho e 1926. Com apoio inglês, organizou-se nos Açores uma expedição destinada a desembarcar no continente.

Quanto a Saldanha, que tomou conhecimento em Plymouth do curso dos acontecimentos, seguiu para os Açores com um conjunto de voluntários, decidido a conceder os seus préstimos à causa. Contudo, a sua deriva ideológica e o calculismo pragmático tinham criado anticorpos junto dos partidários de D. Pedro. De tal maneira que lhe foi negada a participação na expedição que tinha o Porto como destino. De facto, em março de 1832 os liberais zarparam dos Açores, com D. Pedro, o conde de Vila Flor, Bernardo Sá Nogueira e 7.500 homens a bordo de trinta navios, escoltados por sete vasos de guerra ingleses. Escolheram como local de desembarque a praia de Pampelido (Mindelo). Perante a passividade das forças miguelistas, o desembarque foi concretizado ao longo do dia 8 de julho. No Porto, organizam um amplo campo entrincheirado, à base de linhas fortificadas e transformaram a serra do Pilar numa base de fogos.

Contudo, o cerco a que as forças miguelistas sujeitaram a cidade durante largos meses foi de tal maneira apertado e os combates travados tão encarniçados que D. Pedro, temendo a derrota, solicitou os bons ofícios de Saldanha, no início de 1833.

Este, que se encontrava em França, não se fez rogado, sendo-lhe confiado o comando do setor Poente (entre Lordelo e o Castelo de São João da Foz).

E foi graças ao militar de temperamento difícil, carismático ante os soldados e taticamente competente, que as forças miguelistas foram sendo rechaçadas, o exército liberal assumiu a iniciativa das operações e o cerco do Porto foi transformado numa vitória. Quando o conde de Vila Flor, em junho de 1833, atacou e ocupou Lisboa, depois de desembarcar no Algarve e fazer marchas forçadas Alentejo acima, D. Pedro seguiu para a capital e Saldanha ficou como chefe de Estado-Maior no Porto, com o posto de tenente-general.

Entrava-se, então, no momento crucial da guerra civil. Em 1834, enquanto o exército miguelista permanecia em Coimbra e D. Miguel instalou o quartel-general em Santarém, os liberais desenharam a operação que lhes daria a vitória final. A partir de Lisboa, Vila Flor avançou com as suas forças para Norte e Saldanha arrancou do Porto para Sul. Dispostos numa posição central, os miguelistas foram obrigados a combater as forças adversárias a partir de duas direções opostas. Assim, a 18 de fevereiro Saldanha desbaratou em Almoester (Tomar) as tropas comandadas pelo marechal José Lemos, e em 16 de maio Lemos foi de novo derrotado na Asseiceira (Leiria), pelo conde de Vila Flor. O feito valeria a Saldanha a promoção a Marechal e a distinção com o título de Marquês.

Entre a Tribuna Política e a Ação Militar

Com a vitória dos liberais formalizada em Évora Monte (26 de maio de 1834), Saldanha enveredou pela carreira política, sendo eleito deputado para as Cortes e chefe do governo, no ano seguinte. Neste campo, as suas flutuações acentuam-se e dele escreve um jornal da época: «sucessivamente general do exército português, marquês dotado com cem contos de bens nacionais, vai-se pouco a pouco inclinando para a direita, até que em 1835 preside a um ministério cartista. A coroa conquistou-o. E desde então começou a por às ordens dela a sua influência e a sua espada».

Entretanto, à derrota dos absolutistas sucedeu a dicotomia entre liberais vintistas (defensores da Constituição de 1822, mais liberal) e cartistas (defensores da Carta Constitucional de 1826, mais conservadora) e a sucessivas mudanças de governo.

Assumindo-se como conservador, em 1836 e 1837 envolveu-se, com Vila Flor, nas revoltas da Belenzada e dos Marechais, respectivamente, contra o governo «Setembrista» de Passos Manuel e do visconde de Sá da Bandeira.

Perdida a parada, partiu para Paris, de onde regressou quando os cartistas ocuparam o poder, através de Costa Cabral, em 1842. Envereda por uma carreira diplomática que o levou a Londres, Paris e Viena. Contudo, em 1846 o governo de Costa Cabral é confrontado com a revolta da Maria da Fonte e a sublevação do Porto, o país fica a ferro e fogo e Saldanha regressa a Portugal, assumindo as rédeas do poder. Contudo, a rivalidade entre «Setembristas/Vintistas» e «Cartistas» resultou na guerra civil da Patuleia (1846-1847), uma guerra neurótica em que ambas as fações diziam lutar pela rainha D. Maria II, aqueles para a libertar, estes para a sustentar. Uma guerra guerrilheira e fratricida, originando combates de Norte a Sul do país e milhares de mortos, constituindo a Estremadura o principal palco dos confrontos convencionais. Saldanha troca o gabinete pelo campo de batalha e combate as tropas dos setembristas, comandadas pelos condes de Bonfim e das Antas, que logrou vencer após recorrer à Quádrupla Aliança (Espanha, França, Inglaterra e Áustria), que em Gramido (30 de junho de 1847) impôs o fim do conflito. É distinguido com o título de Duque de Jure e Herdade, a 4 de novembro de 1847, à semelhança do conde Vila Flor, guindado a duque da Terceira.

Em 18 de novembro de 1848, o agora marechal-duque de Saldanha é empossado na presidência do ministério. Mas a péssima situação do Tesouro e a crescente contestação por parte de Costa Cabral motivaram a rainha a confiar o poder a este. Saldanha remete-se à oposição e encontra nos setembristas, seus antigos adversários, apoio político contra o cabralismo, inimigo político comum. Decide-se por um golpe de força contra o governo quando, por pressão de Costa Cabral, é exonerado das funções de mordomo-mor de D. Maria II.

É o regresso à ação militar. A 7 de abril inicia em Lisboa os preparativos de um pronunciamento, que não colhe apoio nas unidades militares a Sul do Mondego, pelo que retira para a Galiza, instalando-se em Lóbios. Daí manteve o contacto com os seus apoiantes do Porto, enquanto exortava o duque da Terceira a apear Costa Cabral do poder, *“para evitar uma segunda Patuleia”*. A 24 de abril, retoma as operações, depois

de as guarnições militares de Braga e do Porto lhe manifestarem apoio. De tal forma que, a 28 de abril, no Teatro de São João do Porto, proclamou o início da regeneração do país, enviando posteriormente uma circular aos governadores civis, declarando que *“o fim do «grito nacional» era a reforma da Carta e a queda do Ministério de Costa Cabral”*.

A reacção governamental pautou-se por *“decisões enérgicas mas execuções frouxas”*. O rei consorte D. Fernando e o duque da Terceira posicionaram-se em Coimbra, a 29 de abril, à frente de cerca de 2.500 homens, decididos a barrar Saldanha. Mas na cidade do Mondego a palavra de ordem era a demissão de Costa Cabral, na «tropa» de D. Fernando reinava a indecisão e a indisponibilidade para abriu fogo sobre camaradas e alguns dos comandos militares e soldados desertavam para as linhas dos pronunciados. Consequentemente, D. Fernando, impotente militarmente, decidiu resolver politicamente o conflito, escrevendo à rainha para que substituísse Costa Cabral por Saldanha na chefia do Governo. Enquanto isso, Costa Cabral fechou as Câmaras, consciente do desenlace da contenda, e assumiu *“como se nada se tivesse passado, a embaixada de Madrid”*. Por sua vez, D. Maria II, resignada, escreveu ao marechal-duque dizendo:

“«Faço justiça aos sentimentos do Marechal Saldanha quando acredito que ele não é capaz de querer abusar da situação em que se acha. Tenho fé na sua honra e no seu pundonor de militar e de cavalheiro; e entrego confiadamente ao amigo e ao general de meu Pai o futuro deste País e da Coroa. Peço-lhe que venha imediatamente para Lisboa”.

Saldanha encenou a vitória e a entrada em Lisboa. Depois de ser nomeado presidente do conselho e ministro do reino, reintegrado no posto de mordomo-mor, substituir D. Fernando como comandante-chefe do Exército e, a 14 de maio, a força armada que o apoiara ter entrado em Lisboa e as forças da capital clamarem o seu triunfo, Saldanha embarcou no Porto e entrou na barra do Tejo, a 15 de maio. À sua espera estava *“a população [que] ocupou as ruas, houve desfile militar, lançamento de flores e fogos de artifício, entre outras manifestações de boas vindas”*. A 17 de Maio foi finalmente empossado como presidente do Ministério, não fazendo tábua rasa das

promessas de dignificação do Exército, nem ignorando as angústias da monarca. De facto, no campo militar, da mesma forma que não envolvera no pronunciamento as milícias e as guerrilhas radicais, evitando a anarquia nacional e a subversão castrense, promoveu, em conformidade com critérios de antiguidade reclamados, “*todos os oficiais «cartistas», «setembristas» ou «miguelistas» ao posto que lhes cabia*”. Relativamente à esfera política, a monarquia e o trono de D. Maria II permaneceram incólumes, estancou as guerrilhas institucionais e ideológicas e absorveu da política de Costa Cabral, temperada à sua maneira, as linhas de ação para a transformação do país.

A verdade é que o pronunciamento militar de 24 de abril de 1851 conduziu, pela primeira vez em mais de sete decénios, à estabilidade governativa, coerência funcional das instituições, pacificação social e desenvolvimento económico. Iniciava-se a Regeneração e Saldanha, que governou o país até 1856, era a figura tutelar da Monarquia Constitucional. De tal forma que era visto como um «D. João VII».

Até 1870, enveredou pela carreira diplomática. Quando regressou encontrou um ambiente de agitação no seio dos camaradas de armas, que se lamentavam da subalternização institucional do Exército no panorama nacional. Tanto bastou para coagir o rei D. Luís contra o governo do duque de Loulé, posicionando-se com tropas no largo da Ajuda, disposto a enfrentar a guarda do Paço, naquilo que ficou conhecido como a «saldanhada». Para que a confusão não alastrasse, D. Luís cedeu às pressões e depôs o ministério de Loulé. Saldanha regressa, assim, ao poder, um poder absoluto mas efémero. Proclamou-se presidente do ministério e assumiu pessoalmente todas as pastas, por não encontrar colaboradores, o que provocou uma enorme indignação política e agitação social. A 29 de agosto, o rei demitiu-o e confiou o governo ao marquês Sá da Bandeira.

Saldanha afasta-se e remete-se a um exílio em «prateleira dourada» na cidade de Londres, onde morre como embaixador, em 1876, aos 86 anos de idade.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO-HISTÓRICO-MILITAR, Marechal duque de Saldanha, PT/AHM/FE/060/002/0002/019, <https://ahm-exercito.defesa.gov>
- COSTA, D. António da, História do Marechal Saldanha, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.
- D' ALORNA, Marquês de Fronteira e, *Memórias*, Vol. VII-VIII, Coimbra, Imprensa Universitária, 1930.
- LOUSADA, Abílio Pires, *O Exército e a Rutura da Ordem Política em Portugal 1820-1974*, Lisboa, Prefácio, 2008.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI*, Vol. I, Lisboa, Tribuna, 2004.
- MARQUES, Fernando Pereira, *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional, 1999.
- PERES, Damião (Org), *História de Portugal*, Vol. VII, Barcelos, Edição Monumental da Portucalense Editora, 1930.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. IX, Lisboa, Editorial Verbo, 1989.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Os Militares e a Política (1820-1856)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- VENTURA, António, *Guerras Liberais. Vilafrancada, Abrilada e Cerco do Porto. 1820-1834*, Lisboa, QuidNovi, 2006.